



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH  
FACULDADE DE HISTÓRIA

**JORNAL *RESISTÊNCIA* E O USO DA CHARGE COMO MEIO PARA  
RESISTIR**

Matheus William Fonseca Ribeiro

Belém/PA

2024



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE HISTÓRIA

## **ATA DA DEFESA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

No dia nove (09) de abril de 2024, reuniram-se os membros da Banca de Defesa, **Prof. Dr. Pere Petit** (orientador) e **Ms. Wellington Jhemerson Costa da Conceição**, com a finalidade de examinar a monografia, em forma de artigo, do aluno do Curso de Graduação em História (UFPA), **Matheus William Fonseca Ribeiro**, intitulado **Jornal Resistência e o uso da Charge como meio para Resistir**. A sessão, realizada através de videoconferência, começou às 11:00 horas e foi encerrada às 12:00 horas. Após a exposição do candidato houve arguição dos membros da banca, as respostas dadas pelo candidato, a banca, por consenso, fez a seguinte avaliação final:

- Não aprovar.
- Aprovar com conceito:
- Aprovar com conceito **EXCELENTE**

**Belém, 09 de abril de 2024**

---

**Prof. Dr. Pere Petit**

**Orientador**

---

**Ms. Wellington Jhemerson Costada Conceição**

Matheus William Fonseca Ribeiro

**JORNAL *RESISTÊNCIA* E O USO DA CHARGE COMO MEIO PARA  
RESISTIR**

Artigo apresentado à Faculdade de  
História para a obtenção do grau de  
Bacharelado em História pela  
Universidade Federal do Pará.

Orientador:

Prof. Dr. Pere Petit Peñarrocha

Matheus William Fonseca Ribeiro

Belém/PA

2024

## Resumo

O presente artigo tem o objetivo de analisar as charges publicadas no jornal *Resistência*, veículo de mídia alternativa criado durante a Ditadura Militar pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), analisando também a importância do *Resistência* na luta contra o regime militar. O recorte temporal trabalhado foi de 1978 até 1983, período em que as publicações das charges demonstraram ser mais frequentes. A imprensa alternativa desempenhou um papel muito importante na luta contra a censura dos governos militares, sendo o jornal *Resistência* um dos destaques na defesa dos direitos humanos aqui no Pará e na luta contra a repressão aos opositores imposta pelos militares.

**Palavras-chave:** jornal *Resistência*; charges; Estado do Pará; Ditadura Militar.

## **Introdução**

A Ditadura Militar no Brasil foi um período da política e da história brasileira em que os militares governaram o país após um golpe militar, tal época ficou marcada pela ausência de democracia, perseguições, torturas e censura aos opositores. O golpe de Estado se iniciou em 31 de março de 1964, mas o processo que derrubou o presidente João Goulart começou bem antes de ele assumir o cargo. Pois, quando Jânio Quadros renunciou à Presidência da República no dia 25 de agosto de 1961 por motivos que envolviam sua falta de articulação com o Parlamento, sua política externa independente e sua insatisfação com o sistema político e de governo, Jango (como era conhecido popularmente João Goulart) assumiu a presidência no mesmo ano tornando-se o 24º Presidente do Brasil, mas o político gaúcho assumiu em um cenário de crise política, a princípio, a cúpula das Forças Armadas não aceitava a posse de Jango que por sua vez tinha o apoio de grupos mais ligados à esquerda, após o impasse decidiu-se que João Goulart assumiria a Presidência da República, mas sob um regime parlamentarista, limitando seus poderes político-administrativos, contudo, em inícios de 1963, com a vitória no Plebiscito Popular, o país voltou para o sistema presidencialista.

A ditadura militar durou 21 anos (1964-1985) e durante esse período o Brasil teve cinco presidentes militares que instituíram 16 atos institucionais (AI), aqui destaco o AI-5 que foi instaurado em 13 de dezembro de 1968 durante o governo do Marechal Costa e Silva (1967-69), o ato suspendia o direito constitucional dos cidadãos, fechou o Congresso por tempo indeterminado, decretou estado de sítio, cassou mandatos de prefeitos e governadores e proibiu a realização de reuniões, além de impor a censura. Posteriormente, com a saída de Costa e Silva e com o General Emílio Médici assumindo a Presidência do Brasil, o Ato Institucional número 5 (AI-5) tornou-se o principal causador de um período que ficou conhecido como “anos de chumbo”. Conforme Elio Gaspari (2014, p. 347):

Baixado o AI-5, “partiu-se para ignorância”. Com o congresso fechado, a imprensa controlada e a classe média de joelhos pelas travessuras de 1968, o regime bifurcou a sua ação política. Um pedaço, predominante e visível, foi trabalhar a construção da ordem ditatorial. Outro, subterrâneo, que Delfim Neto chamava de “a tigrada”, foi destruir a esquerda. Faziam parte do mesmo processo, e o primeiro acreditava que o segundo seria seu disciplinado caudatário. Desde 1964, a máquina de repressão exigia liberdade de ação. Com o AI-5, ela a teve e foi à caça.

Inicialmente, muitos setores da sociedade civil apoiaram a retirada de João Goulart, levando muitos pesquisadores a preferirem chamar de golpe civil-militar. Segundo Pere Petit e Jaime Cuéllar (2012, p. 170):

Ainda que seja inegável o protagonismo da cúpula das Forças Armadas, sobretudo do Exército, no vitorioso golpe de estado iniciado no dia 31 de março de 1964 e na posterior instauração e consolidação da ditadura civil-militar, a relativa facilidade da vitória dos militares golpistas seria impensável sem o apoio de amplos setores da sociedade civil liderados pelos políticos conservadores, empresários e fazendeiros, entre outros atores e instituições, pela maioria dos membros da hierarquia da Igreja Católica e pelos meios de comunicação de massa. Foram esses setores que alimentaram durante anos, sobretudo a partir de 1961, a luta contra os reformistas-populistas e contra a crescente influência na sociedade brasileira dos partidos e organizações de esquerda, especialmente o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A mídia brasileira, em especial, participou ativamente desse processo. A imprensa como produtora de sentido tem a função na divulgação de informações e assim levar “ideias e valores, com potencial para construir consensos, mas, também para mobilizar a oposição” (Motta, 2013, p. 65). Neste sentido, de acordo com Edilza Fontes (2014) nos primeiros meses de 1964, era comum encontrar artigos nos jornais paraenses contendo expressões como “perigo vermelho”, “cubanização”, “avanço comunista”. Sobre isso, Pere Petit (2023, p. 203), escreveu:

Notável estímulo receberam os golpistas que residiam no Pará por parte de alguns jornais e rádios antes, durante e após o golpe de Estado de 1964. A Folha do Norte e A Província do Pará foram os jornais que mais se destacaram nessa empreitada. Através dos seus artigos e informações esses periódicos tentavam mostrar os riscos para o país do “ideário marxista”, a “cubanização” e o crescimento da influência dos comunistas nos sindicatos e instituições políticas do país.

Assim, podemos verificar que os principais jornais paraenses também fizeram parte da campanha golpista contra Jango, propagando a ideia de que havia um inimigo a ser combatido, o comunismo, “existia ainda a divulgação da ideia de que por conta da situação “devastadora” que se encontrava o país, era imperiosa a necessidade de substituição do presidente João Goulart” (Fontes, 2014, p. 341). No entanto, com o AI-5 nem mesmo aqueles que haviam apoiado o golpe deixaram de sofrer represálias, como foi o caso da mídia brasileira, de acordo com Tania de Luca (p. 129) “em vários momentos, a imprensa foi silenciada, ainda que por vezes sua própria voz tenha colaborado para criar as condições que levaram ao amordaçamento”. Com isso, houve um grande controle por parte do governo sobre

o que seria noticiado na mídia, ocasionando muitas vezes na mudança editorial dos periódicos. Segundo Anderson Silva (2017, p. 3):

A partir do Ato Institucional nº5 e o aumento da censura à imprensa com a presença de censores nas redações dos principais veículos de comunicação do país, matérias de cunho político teriam diminuído substancialmente das pautas de jornais como Folha de São Paulo, Estado de São Paulo e O Globo. Ficando praticamente restrita às representações visuais, como a caricatura, a construção de representações mais críticas ao regime político, ainda assim de forma esporádica. O fechamento de jornais também foi uma constante, conforme o regime se fortalecia.

Assim, “a imprensa enfrentou um forte controle em suas páginas pelos agentes ditatoriais, estando sujeita a sanções punitivas caso desobedecesse às ordens estabelecidas” (Costa, 2018, p. 12). Desta maneira, a grande mídia ou era censurada pelo regime militar ou se aliava a ele, neste contexto, surgem às mídias alternativas, de acordo com Célia Amorim (2011, p. 5) essa mídia “marcou o período ao noticiar os graves crimes praticados no Brasil, como as formas de torturas e mortes de presos político”, além disso, elas se tornaram um espaço o qual jornalistas tinham mais liberdade para expor suas ideias e informações, mesmo que para isso precisassem enfrentar uma repreensão ainda maior. De acordo com Bernardo Kucinski (1991, p. 5 e 6):

O aparelho militar distinguia os jornais alternativos dos demais, perseguindo-os e submetendo os que julgava mais importantes a um regime especial, draconiano, de censura prévia. Em conformidade com a Doutrina de Segurança Nacional, instituída pela ideologia da guerra fria, eram considerados pelos serviços de segurança como inimigos: “Organizações de Frente” do comunismo internacional, que tinham por tarefas “isolar o governo” e “difundir o marxismo”. Editores d’O PASQUIM permaneceram encarcerados por dois meses logo após o AI-5. Editores de RESISTÊNCIA, COOJORNAL, OPINIÃO, foram presos em ocasiões diversas. Algumas edições eram apreendidas, mesmo depois de filtradas pela censura prévia. A partir do projeto de distensão política do governo Geisel (1974-1978), combatido pela linha-dura militar, os jornais alternativos tornaram-se o pivô das lutas intestinas do regime.

No Pará, destacou-se mídias alternativas como *A Voz do Lavrador*, *Lamparina*, *A Poronga*, *O Feixe* e *Ferramenta* que tinham ligação direta com os sindicatos dos trabalhadores rurais, sobretudo, por causa dos inúmeros conflitos de terra que se intensificou na região após a introdução dos grandes projetos de desenvolvimento econômico que o governo militar colocava em prática na Amazônia, resultando na concentração fundiária e exploração das riquezas. Conforme Raimundo Amilson de Sousa Pinheiro (no prelo):

A Amazônia não estava numa ilha, isolada de uma dinâmica de acontecimentos políticos, sociais, econômicos e culturais do resto do Brasil. Pelo contrário, os militares transferiram para a Amazônia um forte aparato de controle político, militar, administrativo e econômico, que impactou profundamente a vida das pessoas nas florestas e nas cidades do norte, e em especial no Pará e em Belém.

Para este trabalho a escolha como fonte foi pelo jornal *Resistência*<sup>1</sup>, veículo de mídia alternativa criado em 1978 pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), mais precisamente, o objeto de estudo será analisar as charges publicadas no jornal durante os anos de 1978 até 1983, a escolha por esse recorte foi porque durante esse período a publicação das charges se deu numa maior intensidade, além da sua periodicidade ter sido quase ininterrupta durante esses anos. Assim, a partir da proposta do periódico em levar uma linguagem mais simples em suas páginas, podemos fazer um paralelo com o pensamento de Giovanni Levi que aborda sobre a escrita dos historiadores que ao escreverem seu conteúdo, é preciso haver a necessidade de se pensar em quem vai ler, com isso, o presente trabalho buscou pesquisar as charges como um recurso comunicativo utilizado na tentativa fazer o público ter melhor entendimento da linha editorial adotada pelo jornal, tendo em vista, que um dos objetivos do jornal era possuir uma linguagem mais direta e de fácil compreensão para que assim todos os setores da sociedade pudessem compreender o que estava sendo noticiado, sobretudo, o público alvo (camponeses, trabalhadores rurais e urbanos) e desta maneira conseguir mais membros para sua luta diária contra o regime militar.

### **Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos e criação do jornal *Resistência***

Primeiramente, partiremos para um breve histórico sobre a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos e o papel do jornal *Resistência*. A SDDH foi fundada em 8 de agosto de 1977, em seu estatuto<sup>2</sup>, no 1º artigo do capítulo I, a Sociedade se define como uma “associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos”, continuando no capítulo inicial, no 1º parágrafo a SDDH se denomina como “uma associação autônoma, democrática, independente, garantindo a mais ampla liberdade de expressão, de opinião, com respeito absoluto pelas convicções políticas, ideológicas, filosóficas, religiosas, sem preconceito de raça, cor, etnia, orientação sexual, e de gênero”. Em agosto de 1978, em alusão ao aniversário de um ano da Sociedade, foi publicado no *Resistência* algumas considerações sobre as atividades da SDDH ao longo deste um ano de atuação, como de que forma ocorreu sua criação, assim:

---

<sup>1</sup> Acervo digital disponível em: [Resistência – Obras Raras Acervo Digital](#).

<sup>2</sup> Disponível em: [Quem Somos | SDDH-PA](#). Acesso em: 07/02/2024.

A Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos nasceu do esforço de solidariedade e apoio aos posseiros da Fazenda “Capaz”. Naquele momento, um grupo de pessoas passou a discutir da necessidade e urgência de uma entidade de apoio às várias lutas que se desenvolviam em nosso Estado. Na área rural, a luta dos posseiros e dos pequenos proprietários resistindo à expulsão da terra “amansada” com suor a trabalho. Na área urbana, a luta silenciosa e cotidiana das comunidades de bairro contra a desapropriação e por melhores condições de vida (escolas, aterro, pavimentação, eletricidade, água encanada, serviços de saúde, coleta de lixo, transporte)<sup>3</sup>.

Segundo Juliana Araújo (2020, p. 26):

É diante de inúmeras repressões cometidas nesse contexto que se nasce a entidade SDDH, com o objetivo de lutar contra qualquer violação de direitos humanos cometida pelo então regime autoritário instalado desde 1964. Um período em que para a região amazônica se implantava grandes projetos de desenvolvimento econômico, voltados a exploração de riquezas e de concentração fundiária, intensificando as tensões sociais gerando conflitos tanto no campo quanto na cidade.

**Figura 1: SDDH – Um ano em defesa dos direitos humanos**



Fonte: Jornal *Resistência*, nº5, agosto de 1978, p. 15

A equipe que compõe a SDDH é bastante diversificada, contendo políticos, estudantes e empresários, por exemplo. Como bem aborda Leopoldo Nogueira Santana Júnior (2022, p. 1):

A SPDDH veio se somar aos movimentos sociais de resistência ao regime militar por meio de notas, reuniões, realização de eventos, representações jurídicas em órgãos nacionais e internacionais em defesa de presos políticos e causas sociais. A Entidade aglutinou diferentes agentes democráticos vinculados às pastorais das igrejas, intelectuais, ex-presos, estudantes, lideranças camponesas e urbanas, setores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em defesa dos direitos humanos, da anistia, liberdade de

<sup>3</sup> Jornal *Resistência*, nº5, agosto de 1978, p. 15

imprensa e, principalmente, em defesa da democracia e dos Direitos Humanos, dessa forma exerceu um papel de vanguarda.

Por conta do seu comportamento durante a Ditadura Militar, a Sociedade sofreu bastante represália, seus membros foram perseguidos, culminando até no assassinato do seu ex-presidente Paulo Fontelles em 1987. Sua atuação estava constantemente sendo vigiada, prova disso é documento do Ministério da Aeronáutica de maio de 1978, o qual traz detalhes de uma reunião realizada pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, dentre as informações contidas no documento, estão informes sobre o *Resistência*, local da reunião, assunto debatido e projetos futuros da SDDH. Apesar disso:

O trabalho da SDDH foi fundamental para o reconhecimento dos direitos de todos os cidadãos paraenses e brasileiros, em geral, sejam eles trabalhadores e trabalhadoras urbanos e rurais, ribeirinhos e povos indígenas, ou seja, as comunidades tradicionais que em sua grande maioria são alvos de exploração para a obtenção de um modelo econômico de extração das riquezas naturais da região (Araújo, 2020, p. 28).

**Figura 2: Sociedade Paraense dos Direitos Humanos – Jornal “Resistência”**

VAZ 1894-202, p. 214


DATA DE 12183

**CONFIDENCIAL**

Para Recibir:  
**MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA**  
**1º COMANDO AÉREO REGIONAL**  
**2ª SEÇÃO**

em, 19 MAI 78

ASSUNTO: SOCIEDADE PARAENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - JORNAL "RESISTÊNCIA".  
 ORIGEM: A2/COMAR-I  
 DIFUSÃO: CISA/BR - CISA/RJ  
 DIFUSÃO ANTERIOR: + + +



NUMERAÇÃO		INFORMAÇÃO Nº 042 / 12 / COMAR-I
M Aer	P N I	
-	-	

- 1 - No dia 5 do corrente, a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) efetivou uma reunião em sua sede, localizada em uma dependência da Igreja de N S Aparecida, com a presença de 15 pessoas aproximadamente, sob a presidência de PAULO CESAR FONTELLES DE LIMA, ex-militante da APML do B.
- 2 - O enfoque principal da reunião foi a divulgação do nº 2 do jornal "RESISTÊNCIA" (cópia xerografada em anexo), órgão noticioso da SDDH, com uma tiragem de 3.000 exemplares a serem colocados à venda pelo acatado nas bancas de jornais, como também nas cidades do interior do Estado, ao preço de R\$ 5,00
- 3 - O nº 2 de "RESISTÊNCIA", como igualmente os anteriores, aborda assuntos relacionados de fortes críticas ao regime, ao governo e autoridades constituídas, velho clássico desse tipo de imprensa.
- 4 - Destaca-se todavia nesse número, os seguintes tópicos:
  - Classificação do Diretor do Centro Sócio-Econômico da UFPA - ADRIAL MEIRA NETOS, como "facista".
  - Paralelismo entre o Reitor da UFPA e o Reitor ARACY BARRETO da UFPA.
  - Perfil negativo do candidato a governador do Estado - Deputado ALACID NUNES, assinado pelo jornalista LUIS MAKLOUF CARVALHO.
  - Entrevista de LUIS HALL DE NOVA, quando declara: "eu havia sido membro do Partido Comunista".
  - Comentários sobre os problemas do terras, evidenciando novamente o caso "FAZENDA CAPEZ".

- continuação -

Fonte: Ministério da Aeronáutica, 1º Comando Aéreo Regional, 2º seção.

A criação do jornal *Resistência* veio nesse contexto, criado em 1978, o periódico surgiu com a ideia de ser um porta-voz da SDDH na luta contra a violação dos direitos humanos. O jornal é dirigido pela Sociedade e, na época, na sua direção estava Paulo Fontelles e seu editor era Luiz Maklouf Carvalho. Segundo Ivania Melo e Tania Sarmento-Pantoja (2020, p. 2) “os seus responsáveis e colaboradores sofreram perseguições de variada ordem, dentre as quais se destacam a apreensão e o boicote ao jornal, por parte dos órgãos de repressão do estado ditatorial, que provocaram atrasos e até interrupções em suas edições regulares”, tudo isso por conta da atuação no jornal que apesar das circunstâncias não se

absteve e sempre adotou uma postura crítica com relação ao governo. O jornal, por conta da ausência de um fundo financeiro que pudesse arcar com os custos para o seu bom funcionamento, teve muitos problemas financeiros, no entanto, se manteve com ajuda de sócios. Juliana Sales Araújo (2020, p. 31) ressalta que “o alternativo passou a ser porta voz não só da SDDH, mas de vários seguimentos da sociedade, dos movimentos sociais, de posseiros, ribeirinhos, de homens e mulheres que tiveram seus direitos violados”.

O jornal *Resistência* nunca escondeu sua linha editorial, seu próprio nome, acompanhado do lema “Resistir é o primeiro passo”, mostrava que o periódico vinha para se tornar um porta-voz na luta contra a ditadura, para Juliana Araújo (2020, p. 32) “ao assumir o título de jornal *Resistência*, o jornal paraense, se constituiu, falando propriamente das inúmeras tensões que afligiam os direitos da sociedade paraense, anunciava uma pretensão editorial, assumindo-se como porta voz da sociedade ao denunciar mazelas e defender os direitos da então sociedade”. Neste sentido:

As representações presentes nas páginas do *Resistência*, tiveram importância histórica e social ao revelar memórias, costumes, cotidiano da região e de seus sujeitos atingidos por ações policiais, violência de jagunços a mando dos grileiros, prisões de lideranças políticas, religiosos, ou seja, séries de atrocidades invisibilizadas pela imprensa mercantil. A permanente desconstrução do regime presente nas páginas do *Resistência* reafirma sua aliança com os “de baixo”; juntos travaram disputas no campo político, cultural, imaginário, no sentido de romperem a hegemonia do regime. A rebeldia dos “de baixo”, buscava o retorno da democracia, direitos sociais, manutenção e rupturas de costumes (Santana Junior, 2022, p. 4).

Assim, em suas edições era frequente notícias e denúncias abordando os conflitos no campo e censura, por exemplo. Além disso, ainda de acordo com Juliana Araújo (2020, p. 63) “o mensário buscou fazer a partir de seus artigos editoriais uma conscientização política da sociedade, elencando nos em suas edições que só a partir do voto do povo poderia colocar abaixo o governo ditatorial no Brasil”. Ou seja, além de expor as arbitrariedades do governo, o veículo também buscava conscientizar a população sobre os males que era a ditadura militar brasileira. Neste sentido, o jornal *Resistência*, assim como outros jornais alternativos criados durante a ditadura, nos permite entender que os periódicos também estão sujeitos a influência do contexto da época. Sobre isso, Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007, p. 258) argumentam que:

Convém lembrar que não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias “têm uma opinião”, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Mais ainda, trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa

não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos. E que, como força social que atua na produção de hegemonia, a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro. (Cruz & Peixoto, 2007, p.258 e 259).

Na sua luta diária contra o governo, o jornal não tinha receio em publicar matérias que pudessem expor as arbitrariedades do governo militar mesmo que sofressem represália posteriormente, como foi o caso da matéria de julho de 1978 que trouxe uma série de depoimentos sobre as torturas que pessoas da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos haviam sofrido quando foram presos políticos. Suas edições acabaram sendo confiscadas, gerando um grande prejuízo financeiro, de acordo com Ivania Melo e Sarmento-Pantoja (2020. P. 3):

Antes mesmo de sair da gráfica, quatro mil e quinhentos, dos cinco mil exemplares impressos, foram apreendidos por agentes da Polícia Federal em cumprimento à ordem do Ministério da Justiça [...]. Os responsáveis pela publicação, entre eles o editor-chefe, Luiz Maklouf Carvalho, foram arrolados pelo Inquérito Policial Militar (IPM) 78/78, instaurado pela Delegacia Regional da Polícia Federal, com base no artigo 16, parágrafo 2º, da Lei de Segurança Nacional (LSN).

Sempre mantendo a postura de fazer oposição ao governo, na edição nº11 de abril de 1980º, o jornal publicou sobre o caso de César Moraes Leite, aluno do curso de Matemática da Universidade Federal do Pará morto dentro de sala após a arma de um agente da polícia federal disfarçado disparar dentro do ambiente universitário. Naquele contexto, para o jornal Resistência<sup>4</sup>:

A morte de César Moraes Leite constitui um exemplo vivo a todos os estudantes brasileiros, pois a sua morte faz parte de uma ideologia mais global, que permite nas instituições de todo o país a presença de policiais fardados e armados em salas de aula, e que instrui a ação de seguranças (...) com práticas policiais e coercitivas, gerando no meio universitário e insegurança, o cerceamento e a delação de alunos, professores e funcionários, passando a Universidade a desempenhar um papel desviante de sua real função. Deixa de ser uma instituição de debates, discussões e críticas para ser submetida e castrada no seu desempenho. Estas submissão e cerceamento embotam e atrofiam seu papel de mola propulsora de transformação social e a torna mero instrumento da própria repressão reinante no país, abrindo espaço para que a engrenagem opressiva tome posições nos seus quadros, como a ASI (Assessoria de Segurança e Informação) e agente federais disfarçados de estudantes.

---

<sup>4</sup>Jornal *Resistência*, ano II, nº11, abril de 1980, p. 3.

Isso porque eram comuns agentes federais do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e do Serviço Nacional de Informação (SNI), se infiltrar em locais que pudesse haver pessoas e ideias de oposição ao governo. Segundo Josué Ivan Costa (2018, p. 35) “a função desses agentes infiltrados era denunciar qualquer movimento suspeito e investigar as lideranças dos movimentos populares para serem presos, posteriormente, pelos órgãos de segurança, entre eles líderes dos Movimentos Estudantis”. Neste sentido, na mesma edição e página, foi publicada uma lista dos Agentes do SNI que estavam em Belém.

Outro tema sensível para o regime militar foi a Guerrilha do Araguaia, o acontecimento ocorrido na década de 1970 foi destaque nas páginas do jornal, também na edição nº11 de abril de 1980, o *Resistência* publicou uma matéria com o título “Granada do Exército mata e mutila lavradores” em alusão ao aniversário de 8 anos da Guerrilha, a matéria destaca que houve uma grande mobilização do Exército brasileiro contra os guerrilheiros, além de afirmar que “por muitos anos a ditadura conseguiu esconder a existência desta guerra da grande maioria da população”. Um ano antes, na edição número nº 9 de fevereiro de 1979, o jornal publicou 8 poemas escritos por integrantes da Guerrilha. De acordo com as autoras Ivania de Melo e Sarmiento-Pantoja (2020, p. 8):

O objetivo principal para a produção desse material não era promover talentos literários, mas divulgar o movimento e chamar atenção para os problemas sociais da região. Trata-se de um material com traços épicos muito fortes, uma vez que apresenta matéria épica; uma voz poética em consonância com as figurações do herói épico moderno, disposto a resistir às forças sociais opressoras, ainda que para isso possa sofrer consequências devastadoras; no caso das canções apresenta ainda estrutura melódica e rítmica direcionada ao fortalecimento do clamor à luta, com as repetições fixadas nesse tema.

As publicações de poemas estão englobadas nas várias formas de expressão que a frente democrática utilizava para tentar “driblar” a censura fortalecida durante o AI-5, as produções artísticas e culturais sofreram bastante com a ditadura militar censurando obras, músicas, filmes, produções artísticas, entre outras. De acordo com Natalia Fernandes (2013, p. 175), o governo montou 3 estratégias para atuar na área artístico e cultural, elas foram:

- 1) a censura a um tipo de produção cultural considerada subversiva e, por outro lado, o incentivo à produção considerada, pelos governantes, “afinada com a tradição e os valores da cultura brasileira”; 2) os investimentos em infraestrutura, principalmente na área de telecomunicações, que favoreceram a consolidação da indústria cultural entre nós; 3) a criação de órgãos governamentais destinados a regulamentar e organizar a produção e a distribuição cultural pelo território brasileiro.

De acordo com Ivania de Melo (2018, p. 16) “os registros dessa oposição podem ser encontrados em livros, poemas, peças, músicas, charges, artigos, entrevistas, matérias publicadas, principalmente na imprensa chamada “alternativa”. No caso do jornal *Resistência*, apesar da linha editorial do periódico ser bastante clara no seu posicionamento, eles também utilizavam da iconografia para expor suas críticas. Neste sentido, “desenhos, fotografias e charges complementavam com ironia e sarcasmo as críticas sem perder a seriedade do problema apresentado” (Melo, 2018, p. 25). As charges, mais precisamente, estavam sempre presentes nas edições do noticiário, a sua importância era tanta que o periódico dedicou até um espaço em suas páginas para enaltecer o trabalho dos cartunistas da região, de acordo com o jornal<sup>5</sup>, era “da maior importância a colaboração que os cartunistas locais têm dado ao ‘Resistência’, tornando-o um jornal mais leve e gostoso de se ler. O nível das charges e ilustrações têm mostrado a aguçada consciência crítica dos artistas, muito preocupados com as questões populares”.

Neste sentido, as charges publicadas no jornal *Resistência* estão englobadas nos vários recursos comunicativos que o periódico utilizava para fazer oposição ao governo durante a ditadura militar brasileira. Na sua luta diária na defesa pelos direitos humanos e ao lado dos menos favorecidos, o *Resistência* buscou se comunicar, denunciar e informar de várias maneiras possíveis, levando em conta que seu público era diversificado socialmente, ou seja, possuía graus de escolaridade distintos e como um dos porta-vozes da frente democrática no estado do Pará, o jornal optou em lutar pela democracia democratizando o acesso à informação. Assim, a seguir, o trabalho analisou as charges publicadas no noticiário durante os anos de 1978 até 1983 e, posteriormente, realizou um paralelo com a crítica feita por Giovanni Levi sobre o modo de escrever dos historiadores.

### **Jornal *Resistência* e o uso das charges**

Além dos editoriais publicados diariamente nas edições do jornal, o uso da iconografia era bastante comum também, contendo imagens e charges, principalmente. Neste tópico, o presente trabalho abordou o uso das charges por parte do jornal, levando em conta que o periódico buscou adotar uma linguagem mais direta e que pudesse ser compreendida por todos os setores da sociedade. Sobre a opção de adotar essa linguagem, Ivania de Melo (2018, p. 25) ressalta que o jornal *Resistência* era:

Feito para o povo, escrito em “linguagem simples”, obedecendo as exigências quanto à visibilidade, legibilidade e inteligibilidade, ou seja, o

---

<sup>5</sup> Cartunistas. Jornal *Resistência*, ano III, nº13, junho de 1980, p. 2.

uso do espaço de maneira simples com textos legíveis e adequados dispostos em camadas consistentes, distintas e harmônicas, facilitando a compreensão dos fatos através de aprofundamento e comentários sobre os acontecimentos. Desenhos, fotografias e charges complementavam com ironia e sarcasmo as críticas sem perder a seriedade do problema apresentado.

Sobre o uso das charges, Rodrigo Sá Motta (2013, p. 66) aborda que “o caricaturista deseja ser compreendido pela maioria, às vezes até mesmo os analfabetos, por isso, salvo situações especiais, raramente os desenhos são herméticos”. Neste sentido, a seguir, podemos notar certa ausência da necessidade de haver uma maior interpretação das charges publicadas pelo jornal, até porque, o objetivo era justamente ser direto nas críticas, sem exigir do leitor um grau de intelectualidade muito grande para compreendê-la, até porque, era necessário levar em consideração o nível de escolaridade de seus leitores, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) <sup>6</sup>, o índice de analfabetismo na região Norte no início da década de 1980 entre as pessoas de 60 anos ou mais, por exemplo, era de 39,20% no meio urbano e de 71,80% na zona rural. Sobre a importância de se pensar no leitor ao escrever, o historiador italiano Giovanni Levi (2014, p. 5) argumenta que “é importante saber que não é apenas a quantidade, mas a característica do público, identificar o público específico”, ou seja, em alguns momentos, é importante ser mais sucinto na escrita, não no sentido de simplificar o conteúdo de maneira irresponsável, mas de cativar o leitor, de escrever de uma forma que as massas entendam. Para Rodrigo Sá Motta (2013, p. 67) “as caricaturas serviram de meio para manifestar críticas sutis ao Estado, expressando argumentos que não poderiam ser apresentados por meio dos textos verbais”, no entanto, no jornal *Resistência* elas eram bastante firmes em suas críticas e, apesar de na maioria das vezes serem autoexplicativas, elas vinham acompanhando um texto escrito. Deste modo, a seguir, optou-se em analisar as charges na ordem cronológica de suas publicações.

Na edição número 1 de março de 1978, sempre buscando denunciar os excessos que o governo cometia, há uma charge que demonstra de maneira sarcástica a contradição de uma ditadura que reprimia, mas ao mesmo tempo negava todas as denúncias de tortura que faziam contra aqueles que eles consideram opositores.

---

<sup>6</sup>IBGE, Diretoria de Pesquisa e Inquérito, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais. Anuário estatístico do Brasil Rio de Janeiro: IBGE, v. 47, 1987.

**Figura 3: Sérgio Bastos**



Fonte: Jornal *Resistência* (nº1, março de 1978, p.3).

Mostrando os problemas enfrentados por camponeses, na edição de junho de 1979 é divulgada uma charge ironizando que talvez o crime não fosse do grileiro por invadir terras, mas sim dos posseiros por possuí-las.

**Figura 4: Anita**



Fonte: Jornal *Resistência* (nº3, junho de 1978, p. 9)

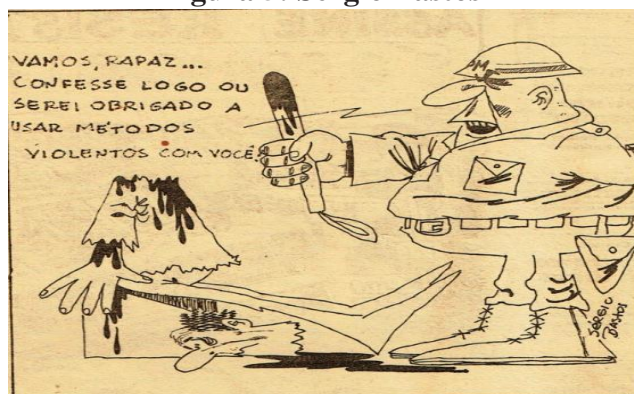
Conforme Josué Costa (2018, p. 36):

Apoiados pelo governo federal, os governos estaduais começaram sua política entreguista de terras, sem a preocupação de pensar nos inúmeros lavradores que já habitavam as áreas. Sob títulos falsos e criminosos, os grileiros conseguiam as terras e expulsavam as famílias lavradoras do local, deixando-as ainda mais à margem da pobreza.

Já na edição de nº 9 de fevereiro de 1979, o jornal publica uma charge na qual volta a retratar a violência do regime, nela podemos verificar um policial falando que poderia “usar métodos violentos”<sup>7</sup> para um cidadão visivelmente abatido e ensanguentado. Na mesma página, logo acima da charge, o jornal traz um pequeno trecho o qual destaca a pesquisa realizada pelos membros do periódico para levar ao leitor do *Resistência* o maior número possível de casos de violência policial coletados na grande imprensa paraense como *O Liberal*, *O Estado do Pará* e *A Província do Pará*, o texto ressalta que o “*Resistência* continua a publicação da pesquisa sobre violência policial no ano passado. Dia a Dia, semana por semana, mês por mês”.

<sup>7</sup> Jornal *Resistência*, nº9, fevereiro de 1979, p. 16.

**Figura 5: Sérgio Bastos**



Fonte: Jornal *Resistência* (nº 9, fevereiro de 1979, p. 18).

Ainda na edição de nº 9 de fevereiro de 1979, o impresso publica uma caricatura retratando todos os problemas que, na visão do jornal, o Brasil estava enfrentando por culpa do regime. Responsabilizar o governo militar por todas as dificuldades que o país estava passando na época fazia parte da linha editorial do periódico. Para Juliana Araújo (2020, p. 46) os editoriais do jornal *Resistência* tinham como finalidade “fazer com que a população entendesse que a Ditadura militar era o causador do mal que desencadeavam problemas sociais existentes naquele momento”. Além disso, através da charge o mensário mostra que nesse cenário são os mais pobres que sofrem as consequências, pois, podemos perceber ao fundo da imagem um casebre e na frente há duas pessoas subnutridas falando que os ingredientes de uma “feijoada brasileira” são “repressão, inflação, torturas, violação dos direitos humanos, violência policial e fome”<sup>8</sup>. Além de elencar os males que os militares estavam causando, também forçava o seu papel na luta por melhores condições de vida para os menos favorecidos.

**Figura 6: Macário Lima**

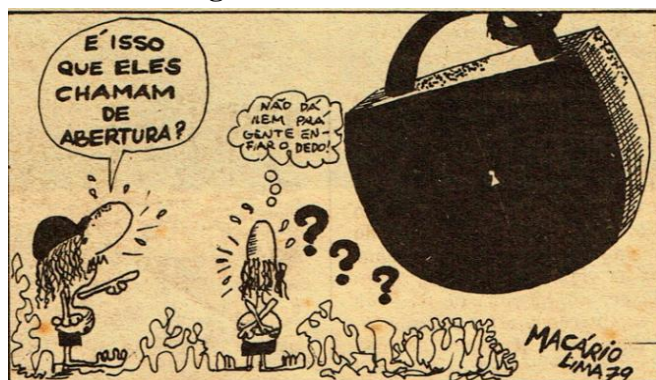


Fonte: Jornal *Resistência* (nº9, fevereiro de 1979, p. 23)

<sup>8</sup> Jornal *Resistência*, nº9, fevereiro de 1979, p. 23.

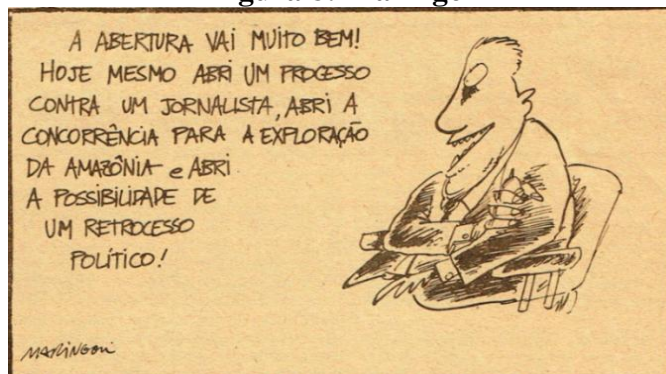
Na mesma edição, é publicada uma charge ironizando o processo de abertura política que o Brasil estava passando durante o governo de João Figueiredo. Segundo Juliana Sales de Araújo (2020, p. 48 e 49) “as arbitrariedades mesmo num momento de abertura política, foram intensas” isso porque ainda havia “ilegalidades, ameaças, intimidações, atentados, medidas de emergência no intuito de desmobilizar os movimentos populares”. Neste contexto, o *Resistência*<sup>9</sup> crítica afirmando que esse cenário era uma “Democracia menos relativa”, pois era “do modo dos próprios mandantes atuais” se referindo ao governo João Figueiredo, último da ditadura militar. Assim, são publicadas duas charges ironizando a abertura promovida por João Figueiredo.

**Figura 7: Macário Lima**



Fonte: Jornal *Resistência* (n° 9, fevereiro de 1979, p. 2).

**Figura 8: Maringon**



Fonte: Jornal *Resistência* (n°9, fevereiro de 1979, p. 7).

Como dito anteriormente a precariedade da educação também era pauta nas páginas do *Resistência*, na edição número 5 de março de 1980, o impresso da SDDH dedica parte da sua edição para falar sobre educação, com destaque para o fato de haver “quase de 30 milhões de analfabeto, participação baixíssima no orçamento da União (11,07 por cento em 1965, contra 4,28 por cento para este ano (1980)), 68,7 por cento das escolas com apenas uma única

<sup>9</sup> Jornal *Resistência*, n°9, fevereiro de 1979, p. 2.

sala de aula, milhões de crianças e de jovens sem escola, péssimo nível de ensino”<sup>10</sup>. Para ilustrar sua indignação, na mesma página, logo abaixo do texto, foi publicada uma charge que mostra um cartaz mostrando as forças armadas recebendo uma porcentagem maior do orçamento do que a educação, acompanhada de uma fala na qual o então presidente do Brasil João Figueiredo questiona os motivos para a população querer educação, acompanhado de um membro das forças armadas que afirma ser mais difícil dominar a população caso eles tenham acesso ao estudo de qualidade.

**Figura 9: Zuite**



Fonte: Jornal *Resistência* (nº5, março de 1980, p. 7).

Além disso, na mesma edição, mostra que estava à luta da educação por um maior investimento e também o jornal denuncia na última página o número insuficiente de vagas para atender a população, consequência direta da falta desse investimento da área da educação, com isso, era deficiente a quantidade de escolas para suprir a demanda.

**Figura 10: Lucídio**



Fonte: Jornal *Resistência* (nº5, março de 1980, p. 10)

<sup>10</sup> Jornal *Resistência*, nº5, 7 de março de 1980, p. 5.

**Figura 11: Felix**



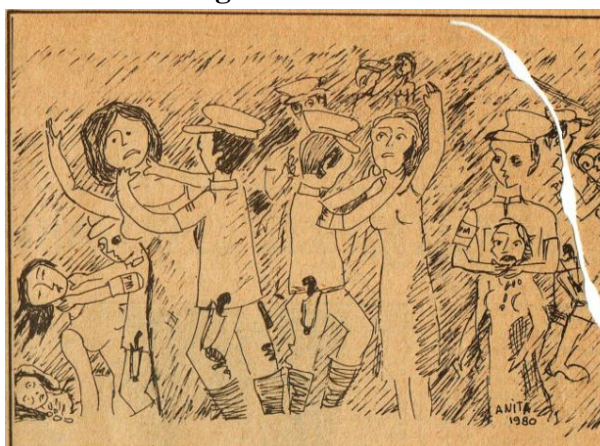
Jornal *Resistência* (nº5, março de 1980, p. 20).

Na edição de maio, o jornal relembra um caso mais antigo sobre a violência contra a população, mostrando que isso havia se tornado corriqueiro após o golpe de 1964. Na ocasião, foi publicada uma matéria noticiando que durante o governo Médici o terror estava tomando conta do país, exemplificando essa situação, o jornal publica que:

No Amapá, várias mulheres foram agredidas e engasgadas por desconhecidos. Era o que a população macapaense passou a chamar de “operação engasga-engasga” – terrorismo organizado por forças militares, interessadas de uma polícia militar no Amapá. A cidade viveu sob o manto do terror. Dezenas de pessoas tiveram suas casas invadidas, foram presas e torturadas, lá e em Belém<sup>11</sup>.

Como ilustração, é publicada uma imagem ilustrando a situação das mulheres do Amapá e toda truculência do regime.

**Figura 12: Anita**



Fonte: Jornal *Resistência* (nº12, maio de 1980, p. 7)

As disputas políticas também foram temas trabalhados pelos chargistas, na edição de junho de 1980, o jornal publica a matéria sobre a briga política envolvendo dois membros do Partido Democrático Social (PDS), Alacid Nunes e Jarbas Passarinho. De acordo com a

<sup>11</sup> Jornal *Resistência*, ano II, nº12, maio de 1980, p. 7.

matéria publicada no *Resistência*<sup>12</sup>, a briga não seria por motivos econômicos, mas sim políticos, para o jornal:

O principal motivo seja o interesse político. Uma questão de mando, de caciquismo. Tanto Alacid quanto Jarbas têm altas ambições políticas; todo dois gostam de ser chefes, e não subordinados. E, como dois bicudos não se beijam, fatalmente, mais cedo ou mais tarde, haveria, entre os dois, um choque. Jarbas queria que Alacid continuasse a ele subordinado como nos velhos tempos de caserna. Queria que ele, eleito governador, continuasse subordinado à sua orientação. E Alacid não quis nada disso. Cansado de ser satélite, de ser coadjuvante, resolveu se transformar em astro de primeira grandeza. E os choques começaram, de início pequenos, para depois, com o tempo irem aumentando gradativamente, até o rompimento final.

Ilustrando essa rivalidade, ao lado da reportagem há uma charge mostrando esses dois personagens da política nacional tentando se equilibrar em cima de um tronco, caso contrário, um ou dois cairá.

**Figura 13: Felix**



Fonte: Jornal *Resistência* (nº13, junho de 1980, p. 3)

Já na edição de março de 1981, o periódico traz uma charge em alusão ao fato de que membros do Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT) não gostarem de serem chamados de grileiros e pistoleiros.

<sup>12</sup> Jornal *Resistência*, ano III, nº13, junho de 1980, p. 3.

Figura 14: Caco



Fonte: Jornal *Resistência* (nº22, março de 1981, p. 14)

O GETAT foi um grupo criado cujo objetivo era pôr fim às organizações criadas com os movimentos de trabalhadores rurais, para o jornal sua função iria além, segundo o *Resistência*<sup>13</sup> a sua real finalidade era “a criação de uma chamada ‘classe média rural’” e para obter isso, o governo tinha que “executar uma ação violenta contra as crescentes formas de organização dos milhares de trabalhadores rurais” por meio de duas maneiras, a primeira seria “distribuir realmente alguns pedacinhos de terra, na sua tentativa desesperada de abafar os conflitos sociais no campo”, a outra forma seria “fazer o possível para afastar das diversas áreas as lideranças mais significativas no trabalho de conscientização do povo”.

Na edição de outubro de 1981, há uma matéria sobre o 7 de setembro, dia em que se comemora a independência do Brasil, no entanto, para o *Resistência*<sup>14</sup> não havia nada o que comemorar, pois, o país estava “vivendo uma crise sem precedentes”, tudo isso fruto do modelo econômico adotado pelo governo militar desde de 1964, que acarretou “perda do poder aquisitivo, carestia, desemprego” e “esse “modelo econômico” nada mais é que um modelo de entreguismo”. Na ocasião, o jornal utilizou de duas charges para ilustrar o momento, primeiramente, eles voltam a criticar a repressão da ditadura ao mostrar o desfile militar de 7 de setembro, mas com os militares marchando em direção a população, já a segunda refere-se com ironia ao capital estrangeiro no Brasil, consequência direta do “entreguismo” praticado pelo governo.

<sup>13</sup> Jornal *Resistência*, nº7, 7 de março de 1980, p. 16.

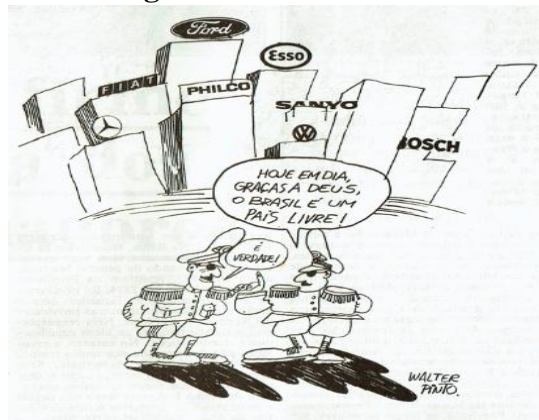
<sup>14</sup> Jornal *Resistência*, ano IV, nº30, outubro de 1981, p. 10.

**Figura 15: Biratan**



Fonte: *Jornal Resistência* (nº30, outubro de 1981, p. 9)

**Figura 16: Walter Pinto**



Fonte: *Jornal Resistência* (nº30, outubro de 1981, p. 10)

A corrupção do regime militar também foi tema tratado nas charges, nas edições de março de 1981 e fevereiro de 1982 o jornal publica ilustrações ironizando a falta de ética dos que estavam envolvidos na cena, sobretudo dos policiais. Além disso, denunciando não somente os classe policial, também denunciava o governo ao publicar uma matéria denunciando a utilização de dinheiro público para financiar a campanha do PSD, segundo o *Resistência*<sup>15</sup>, o regime militar buscava “fortalecer o seu partido às custas dos impostos”, além disso, estavam “distribuindo cerveja grátis ou liberando fartos recursos bancários”. Diante desse cenário corrupto, é que o *Resistência* publica as duas charges citadas.

<sup>15</sup> *Jornal Resistência*, ano IV, nº34, fevereiro de 1982, p. 9.

**Figura 17: O Enco**



Fonte: *Jornal Resistência* (nº22, março de 1981, p. 19)

**Figura 18: O Enco**



Fonte: *Jornal Resistência* (nº34, fevereiro de 1982, p. 9)

Na edição de novembro a violência policial voltou a ser pauta no jornal após moradores dos bairros mais pobres, principalmente, relatarem insegurança com relação à presença da polícia. Em seu editorial, o impresso afirma que a população vive “em intermitentes períodos de estado de sítio, soldados andam armados de metralhadoras e fuzis pelas ruas da cidade. Assassinatos e espancamentos se sucedem, a corrupção policial campeia”<sup>16</sup>. No Pará, segundo informações do jornal *Resistência*<sup>17</sup>, isso ocorreu porque a Secretaria de Segurança Pública, visando conter a violência, “cria operações especiais como a “Rosa dos Ventos” e lança sobre o povo tropas e tropas de PMs adestradas para “conter a violência” à força de tiros e espancamentos”, o jornal ainda destaca que “são raríssimos os episódios violentos da Polícia que não tinha como vítima a camada pobre da população, alvo principal dos abusos de poder”. Criticando mais vez a repreensão da polícia aos seus cidadãos, é publicada junto com a matéria uma charge mostrando um policial sendo bastante

<sup>16</sup> *Jornal Resistência*, ano V, nº44, de 16/11/82 a 30/11/82, p. 2.

<sup>17</sup> *Jornal Resistência*, ano V, nº44, de 16/11/82 a 30/11/82, p. 2.

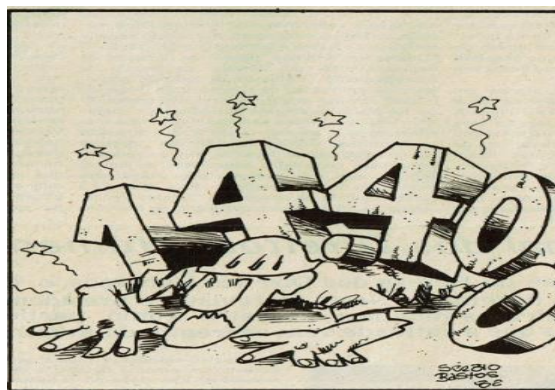
violento com uma pessoa. Ainda em 1982, mas em outra edição, o jornal critica o baixo salário mínimo ofertado pelo governo, afirmando que “se o governo cumprisse o que manda a lei, o salário deveria ser Cr\$ 48 mil”<sup>18</sup>, na época era de Cr\$ 14.400.

**Figura 19: Sérgio Bastos**



Fonte: Jornal *Resistência* (nº44, novembro de 1982, p. 12)

**Figura 20: Sérgio Bastos**



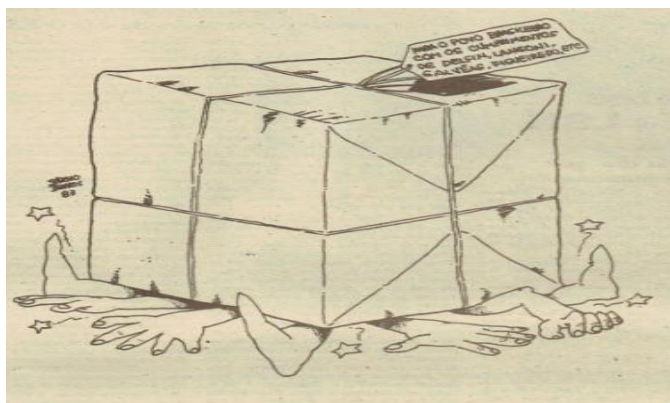
Fonte: Jornal *Resistência* (nº43, novembro de 1982, p. 3)

Em junho de 1983 o jornal vai às ruas com uma matéria que critica as medidas econômicas adotadas pelo governo de João Figueiredo para tentar conter a crise na economia brasileira, isso porque, para o *Resistência*<sup>19</sup>, essas medidas nada mais eram do que “uma prestação de contas ao verdadeiro tutor da economia [...] o grande capital”. Além disso, a população seria bastante afetada, pois iria se diminuir “fortemente os investimentos em educação, assistência médica e social, pesquisas científicas, etc”, como ilustração há um enorme pacote em cima esmagando as pessoas, em alusão ao quão maléfico seria essas medidas do governo para o povo brasileiro.

<sup>18</sup> Jornal *Resistência*, ano V, nº43, de 1/11/82 a 15/11/82, p. 12

<sup>19</sup> Jornal *Resistência*, ano VI, nº57, de 16/06/83 a 30/6/83 de 1983, p. 5.

**Figura 21: Sérgio Bastos**



Fonte: Jornal *Resistência* (nº 57, junho de 1983, p. 5)

A questão do campo não poderia faltar, na edição de junho de 1983 é publicada uma imagem retratando sobre a militarização do campo.

**Figura 22: Sérgio Bastos**



Fonte: Jornal *Resistência* (nº57, junho de 1983, p. 11)

Os conflitos agrários foram tema frequente nas páginas do jornal *Resistência*, a imagem bem a situação em que moradores da zona rural estavam envolvidos, ameaças constantes, inseguros, expostos a violência e corriqueiramente expulsos de suas terras por grileiros. Resultado da violência que se intensificou durante a ditadura, resultando em grilagem e muitas mortes. Para Josue Costa (2018, p. 45):

A posição do *Resistência* em relação a essas matérias é evidente, colocando-se a favor dos posseiros, um dos grupos alvo da repressão, já que o governo era conivente com o terrorismo imposto pelos grileiros, dando como resposta aos posseiros a omissão e o silêncio. Mantendo sua atuação como mídia alternativa na região, o jornal em suas publicações procurava denunciar as terras griladas, as atividades do trabalho escravo, ações de garimpeiros e madeireiros que estavam a serviço das grandes empresas.

### **Considerações Finais**

Neste artigo, de maneira breve, foi mostrado o contexto político da época que levou João Goulart a ser destituído do cargo e como a imprensa teve participação no processo. Contudo, mesmo havendo apoiado o golpe, nem ela ficou de fora da forte repreensão imposta

pelos governos militares, ainda mais, após o AI-5, nesse cenário a imprensa alternativa surge para se opor à censura e lutar pela redemocratização, por mais que tenham sofrido perseguições. Aqui no Pará, o jornal *Resistência* teve destaque, criado durante no contexto que seria o auge repressivo da ditadura militar, não se absteve da luta e, apesar das perseguições, com seus editores e jornalistas sendo enquadrados até na Lei de Segurança Nacional, sempre se manteve na luta pelo respeito aos direitos humanos, contra a repressão e, posteriormente, pela redemocratização. Inicialmente, tinha como foco os conflitos agrários, mas ao longo das suas edições o jornal também cedeu espaço para assuntos como educação, os embates políticos, violência policial, corrupção e economia, por exemplo.

O principal para o jornal era estar sempre ao lado dos menos favorecidos, por isso, a importância que seus jornalistas e editores tinham em escutar todos os setores da sociedade, como pessoas de bairros periféricos, estudantes, acadêmicos. Isso porque, o *Resistência* queria ser o ouvinte e porta-voz das reclamações e lutas dessas pessoas. Além disso, buscava também alertar e conscientizar seus leitores sobre a necessidade de lutar contra a ditadura, além de expor todas as arbitrariedades do governo e as consequências que as decisões tomadas na economia estavam ocasionando na população. Para isso, através de matérias e editoriais, o impresso da SDDH, não hesitava em escrever de maneira direta e sem muitas formalidades.

Deste modo, podemos verificar que dentro do recorte escolhido para análise, a presença das charges foi corriqueira, numa tentativa de tornar uma leitura mais leve e simplista para tratar de assuntos delicados para a população e governo, mas sem perder seus reais objetivos que eram informar, denunciar e conscientizar os seus leitores. Quase sempre acompanhadas de um texto abordando o assunto, as charges se tornaram uma parte importante da estratégia comunicativa do periódico, principalmente, se levarmos em consideração que por ter sido de oposição ao governo ditatorial, ela não tinha uma tiragem frequente, podendo variar de semana para semana ou mês de mês, então se fazia necessário ser mais sucinto ao abordar os assuntos quando seus impressos iriam para ruas, ainda mais porque o jornal foi feito para ser porta-voz da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos que, por sua vez, se coloca na luta ao lado dos excluídos (população pobre, camponeses, trabalhadores urbanos e rurais), então a presença desse tipo de iconografia era importante, principalmente se pensarmos na falta de acesso à educação que esse público carecia.

**Fontes:**

IBGE, Diretoria de Pesquisa e Inquérito, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais. Anuário estatístico do Brasil Rio de Janeiro: IBGE, v. 47, 1987.

Jornal *Resistência*, nº5, agosto de 1978, p. 15

Jornal *Resistência*, ano II, nº11, abril de 1980, p. 3.

Jornal *Resistência*, ano III, nº13, junho de 1980, p. 2.

Jornal *Resistência* nº1, março de 1978, p.3

Jornal *Resistência* nº3, junho de 1978, p. 9

Jornal *Resistência* nº 9, fevereiro de 1979, p. 18

Jornal *Resistência*, nº9, fevereiro de 1979, p. 16.

Jornal *Resistência* nº9, fevereiro de 1979, p. 23

Jornal *Resistência* nº 9, fevereiro de 1979, p. 2

Jornal *Resistência* nº9, fevereiro de 1979, p. 7

Jornal *Resistência*, nº9, fevereiro de 1979, p. 2.

Jornal *Resistência*, nº5, 7 de março de 1980, p. 5.

Jornal *Resistência* nº5, março de 1980, p. 7

Jornal *Resistência* nº5, março de 1980, p. 10

Jornal *Resistência* nº5, março de 1980, p. 20

Jornal *Resistência* nº12, maio de 1980, p. 7

Jornal *Resistência*, ano II, nº12, maio de 1980, p. 7.

Jornal *Resistência*, ano III, nº13, junho de 1980, p. 3.

Jornal *Resistência* nº13, junho de 1980, p. 3

Jornal *Resistência* nº22, março de 1981, p. 14

Jornal *Resistência* nº30, outubro de 1981, p. 9

Jornal *Resistência* nº30, outubro de 1981, p. 10

Jornal *Resistência*, nº7, 7 de março de 1980, p. 16.

Jornal *Resistência*, ano IV, nº30, outubro de 1981, p. 10.

Jornal *Resistência* nº22, março de 1981, p. 19

Jornal *Resistência* nº34, fevereiro de 1982, p. 9

Jornal *Resistência*, ano IV, nº34, fevereiro de 1982, p. 9.

Jornal *Resistência* nº44, novembro de 1982, p. 12

Jornal *Resistência* nº43, novembro de 1982, p. 3

Jornal *Resistência*, ano V, nº44, de 16/11/82 a 30/11/82, p. 2.

Jornal *Resistência*, ano V, nº44, de 16/11/82 a 30/11/82, p. 2.

Jornal *Resistência*, ano V, nº43, de 1/11/82 a 15/11/82, p. 12

Jornal *Resistência*, ano VI, nº57, de 16/06/83 a 30/6/83 de 1983, p. 5.

Jornal *Resistência* nº 57, junho de 1983, p. 5

Jornal *Resistência* nº57, junho de 1983, p. 11

Ministério da Aeronáutica, 1º comando Aéreo Regional, 2º seção

### Referências bibliográficas

ARAÚJO, Juliana Sales de. **A redemocratização na imprensa alternativa**: uma análise do jornal *Resistência* (1978-1986). Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Xinguara, Instituto de Estudos do Trópico Úmido, Faculdade de História, Xinguara, 2020. Disponível em: <http://repositorio.unifesspa.edu.br/handle/123456789/1773>. Acesso em: 16/01/2024.

AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas et al. A Imprensa Sindical alternativa dos trabalhadores rurais na Amazônia. Uma contra hegemonia deflagrada com a ditadura militar de 1964. **Lumina**, v. 9, nº 2, 2015, pp. 1-22.

COSTA, Josue Ivan. **A voz do Resistência: um jornal contra a ditadura militar**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de História, Marabá, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.unifesspa.edu.br/handle/123456789/980>>. Acesso em: 18/01/2024.

CRUZ, Heloisa de Faria Cruz & PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: Conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, nº 35, 2007, pp. 253-270.

DE LUCA, Tania Regina. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi, et al. **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

FERNANDES, Natalia Ap Morato. A política cultural à época da ditadura militar. **Contemporânea**(Revista de Sociologia da UFSCar), v. 3, nº 1, pp. 173-173, 2013.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**: as ilusões armadas. Editora Intrínseca, 2014.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta, 1991

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Revista Tempo**, v. 20, 2014, pp.120.

SANTANA JUNIOR, Leopoldo Nogueira. Jornal Resistência: imprensa alternativa no Pará durante a Ditadura Militar? In: XXI Encontro Estadual de História da ANPUH-PA: História e historiografia na Amazônia: independência e ensino.. 2022, Belém. **Anais do XIII Encontro Estadual de História da ANPUH-PA: História e historiografia na Amazônia: independência e ensino**, 2022, v.1. pp. 1-349

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi**, v. 14, 2013, pp. 62-8.

MELO, Ivania; Sarmento-Pantoja, Tânia. A poética da resistência nos poemas sobre a Guerrilha do Araguaia: o corpus do jornal Resistência. **Aletheia**, v. 11, nº 21, 2020, pp. 1-24.

MELO, Ivania da Silva Pereira de. **Araguaia em verso e prosa**: os poemas da guerrilha veiculado pela resistência (jornal em defesa dos direitos humanos). Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/14344>. Acesso em: 27/01/2024.

PETIT, Pere; CUÉLLAR, Jaime. O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistência. **Estudos Históricos**, v. 25, nº 49, jan./jun. 2012, p.169-189.

PETIT, Pere. Jornais de Belém e as disputas político-eleitorais no Pará (1889-1992). In: César Augusto. (org.). **Histórias Impressas**: imprensa e periodismo na Região Norte – 1930-1988. Manaus: Valer, 2022, pp. 185-212.

PINHEIRO, Raimundo Amilson de Sousa. **Imprensa alternativa na Amazônia durante a democratização**: o Jornal Resistência (1978-1983). Belém (no prelo).

SILVA, Anderson. R. T. Páginas de Chumbo? A Grande Imprensa Paraense e o Golpe Civil Militar de 1964. In: **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História** - contra os preconceitos: história e democracia, 2017. Disponível em: [snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502810318\\_ARQUIVO\\_AndersonRodrigoTavaresSilvaArtigoANPUH\(Brasilia\)2017.pdf](http://snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502810318_ARQUIVO_AndersonRodrigoTavaresSilvaArtigoANPUH(Brasilia)2017.pdf). Acesso em: 30/03/2021.